

III SÉRIE

REC

PRAIA, N.º ESPECIAL - MAIO 2016

REVISTA DE ESTUDOS
CABO-VERDIANOS



ENCONTRO INTERNACIONAL DE
REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO

Edições
unica



Praia, 26 e 27 maio 2016

REVISTA ESTUDOS CABO-VERDIANOS

NÚMERO ESPECIAL / ATAS

J. Esteves Rei, Fátima Fernandes, Mariana Faria (Org.)

ÍNDICE

I. CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

O sistema educativo e mobilidade social em Cabo Verde
Antonieta Ortet..... 13

A avaliação das aprendizagens dos estudantes no ensino superior:
contribuição para a implementação da avaliação de competências na Uni-CV
Elisa Silva..... 23

II. CIÊNCIAS SOCIAIS

A paradoxal instrumentalização política das Ciências Sociais em Cabo Verde (menorizadas no regime de verdade para a ciência e valorizadas na legitimação de agendas académicas politicamente orientadas)
Adilson Filomeno Carvalho Semedo..... 35

Comensalidades e contranarrativas dos cabo-verdianos nas roças de São Tomé e Príncipe
Carla Índira Carvalho Semedo..... 43

A *morabeza* cabo-verdiana: contributos para a sua análise
João Paulo Madeira..... 51

Qualificando as relações velhices-territórios a partir do cuidado
Marcia Regina Medeiros Veiga, António Manuel Rochette Cordeiro, Sónia Cristina Mairos Ferreira, Monalisa Dias de Siqueira..... 57

A plataforma continental de Portugal: desafios e respostas
Pedro Borges Graça..... 67

III. LINGUÍSTICA

A importância da educação linguística na internacionalização das competências
Elvira Reis..... 79

La varación pragmática en el aprendizaje/enseñaza de las lenguas pluricéntricas
Lucía López Vázquez..... 89

Práticas e competências linguísticas da diáspora cabo-verdiana em Madrid
Silvia Rodilla Rivas..... 97

IV. LITERATURA

Tradução intersemiótica: algumas considerações
Aguinaldo José Gonçalves..... 109

V. COMUNICAÇÃO

A “invisibilidade” das eleições de Cabo Verde nos *media* portugueses
Anabela de Sousa Lopes, João Manuel Rocha..... 121

A construção de um novo olhar humanizado acerca do sentido da vida em pacientes terminais oncológicos
Artur Monteiro Bento..... 135

VI. URBANISMO

Planeamento urbano e estratégias de mitigação do risco: o caso do bairro da Terra Branca acima cidade da Praia – Cabo Verde
Ana Mafalda Rodrigues..... 145

A “invisibilidade” das eleições de Cabo Verde nos *media* portugueses

Anabela de Sousa Lopes, João Manuel Rocha¹
Escola Superior de Comunicação Social; Instituto Politécnico de Lisboa
alopes@escs.ipl.pt; jrocha@escs.ipl.pt

Resumo

Neste artigo, apresentam-se e discutem-se os resultados da primeira fase de uma investigação em curso, desenvolvida por investigadores da ESCS-IPL², sobre a cobertura jornalística dos três atos eleitorais de Cabo Verde (2016), realizada por *media* generalistas portugueses. Concretamente, estão em causa as eleições legislativas de Março e o tratamento jornalístico sobre elas. Concluímos que, se dependessem dos *media* portugueses analisados – RTP1, SIC, TVI, TSF, Antena1, Rádio Renascença, Público, Correio da Manhã, Expresso – para saberem o que esteve em causa nas legislativas de 2016, os portugueses e os cabo-verdianos residentes em Portugal teriam pouco mais do que a informação de que em março houve eleições e que o Governo mudou. Isto é, a investigação dá conta do quase total alheamento noticioso de um momento relevante da vida de um país com uma forte relação histórica, linguística e cultural com Portugal.

Palavras-chave: Cabo Verde, Portugal, eleições, *media*.

Abstract

In this article, we present and discuss the results of the first part of an ongoing investigation on media coverage by Portuguese media of the three elections of Cape Verde (2016), developed by researchers at ESCS-IPL. The journalistic coverage of the legislative elections, on March, is the core of this paper. We concluded that if the Portuguese and Cape Verdeans living in Portugal depended on the Portuguese news media analysed – RTP1, SIC, TVI, TSF, Antena1, Rádio Renascença, Público, Correio da Manhã, Expresso – to know what was at issue in the legislative elections in 2016, they would have only the basic information: in March there were elections and that the government has changed. That is, the research gives account of the almost total ‘invisibility’ of an important moment in the life of a country with strong historical, cultural and linguistic relations with Portugal.

Keywords: Cape Verde, Portugal, elections, media.

1. Com o apoio do Instituto Politécnico de Lisboa ao projeto IPL/2016/RPLMP_ESCS.

2. Os resultados aqui apresentados são os primeiros de um projeto em que, para além dos autores, participam outros investigadores das áreas das Ciências da Comunicação e das Ciências Sociais: Cláudia Silvestre, Fátima Lopes Cardoso, Júlia Leitão de Barros, Maria Inácia Rezola e Maria José Mata.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre as representações das eleições legislativas de Cabo Verde em 2016, em *media* portugueses generalistas. Trata-se de uma primeira abordagem que se insere num projeto de investigação mais vasto sobre os três atos eleitorais do país – eleições legislativas, autárquicas e presidenciais – que decorreram no mesmo ano.

Com esta investigação inaugural, e a partir dela, pretende-se encetar um trabalho de compreensão dos mecanismos de produção jornalística dos *media* portugueses sobre o espaço lusófono, tentando também perceber o que essa produção revela e ignora e procurando explicações para escolhas e exclusões. Ao prestarmos atenção à “produção, distribuição e recepção de produtos mediáticos” nesse espaço estamos também a “interrogar e analisar criticamente a Lusofonia enquanto área cultural e enquanto construção simbólica num mundo cada vez

mais globalizado”, como observaram Martins et al. (2007: 301).

No caso concreto do estudo aqui apresentado, procurou-se saber que cobertura jornalística das eleições foi efetuada pelos *media* portugueses. Mais especificamente, colocaram-se duas questões: (i) que opções editoriais nortearam a cobertura e o que revelam em termos de padrões e condicionantes de uma cobertura eleitoral num país africano de língua portuguesa?; (ii) que representações são criadas pelo jornalismo – ao nível das suas narrativas verbais e não-verbais: do país, dos candidatos, do sistema político, das relações externas com Portugal, da sociedade cabo-verdiana em geral?

Foi nosso objetivo dar conta da visibilidade mediática das eleições legislativas de 20 de Março nos *media* noticiosos generalistas, o que excluía, desde logo, publicações ou canais temáticos vocacionados para a atualidade africana, como a RTP África ou a RDP África.

Enquadramento das eleições legislativas de Cabo Verde

As eleições de 20 de março de 2016 foram as sextas legislativas do país. Marcaram o regresso ao poder do MpD (Movimento para a Democracia) – força política que governou com maioria absoluta na primeira década de regime multipartidário, entre 1991 e 2001 – e o afastamento do PAICV – antigo partido único, que regressou ao Governo em 2001, com a primeira de três maiorias absolutas que lhe permitiram liderar o país durante 15 anos, até 2016.

Com 53,58% dos votos válidos, o MpD elegeu 40 dos 72 deputados da Assembleia Nacional, contra 37,53%

do PAICV, que elegeu 29. Cinco anos antes, em 2011, o PAICV elegeu 38 e o MpD 32. A alternância confirmou a bipolarização que caracterizou a política cabo-verdiana do último quarto de século. O terceiro partido mais votado, a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), manteve a condição de terceira força política, com 6,75%, e elegeu três deputados, mais um que na legislatura anterior.

As eleições legislativas, as primeiras de um ciclo eleitoral que em 2016 incluiu as autárquicas e presidenciais, reforçaram a ideia de maturidade

política do país, que passou, sem sobressaltos de maior, momentos de potencial tensão – como nas presidenciais de 2001, com uma diferença de 12 votos entre o vencedor, Pedro Pires, e o vencido, Carlos Veiga, e acusações de fraude – e entre 2011 e 2016 se estreou na coabitação entre um Governo e um Presidente da República de áreas políticas diferentes: executivo PAICV e Jorge Carlos Fonseca, candidato do MpD, como chefe de Estado.

A ausência de convulsões, quer na transição da fase de partido único,

Definição do corpus

O estudo abrangeu o período compreendido entre os dias 3 e 31 de Março, que corresponde a quatro semanas. O primeiro foi o do início oficial da campanha eleitoral. A escolha do segundo foi determinada pela possibilidade de, depois de conhecidos os resultados eleitorais, e na incerteza sobre estes, as eleições poderem continuar a suscitar a atenção dos *media* noticiosos portugueses. Para facilitar a operacionalização do trabalho optou-se por reduzir o *corpus* do estudo a três órgãos de comunicação social de cada meio, alargando em cada um deles a análise às edições *online*.

Na imprensa, foram escolhidos três títulos de expansão nacional – os jornais diários *Correio da Manhã* e *Público* e o semanário *Expresso*. Na rádio, foram seleccionadas a *Antena 1*, principal canal da estação pública, a *Rádio Renascença*, principal canal privado, propriedade da Igreja Católica, e a *TSF*, canal privado de vocação noticiosa - noticiários das 9h. Em televisão,

quer ao longo do período multipartidário, criou internacionalmente a ideia de Cabo Verde como país com uma democracia bem-sucedida e um exemplo em África. Na sequência das legislativas de 2016, a representação da União Europeia no país concluiu que as eleições “demonstraram o compromisso total dos partidos políticos e da sociedade civil para com o processo eleitoral” e “confirmam uma cultura democrática consolidada e o elevado compromisso dos atores políticos cabo-verdianos, para com as regras do jogo democrático”.³

foram considerados os principais blocos informativos dos três principais canais de acesso não condicionado: RTP1, SIC e TVI – noticiários das 20h.

Relativamente aos jornais, a escolha do *Correio da Manhã* justifica-se pelo facto de ser o diário mais vendido em Portugal. É um jornal popular, que em 2015 teve uma circulação impressa paga de 105.521 exemplares diários. O *Público* é o terceiro mais vendido dos diários generalistas, com 20.470 exemplares diários, atrás do *Jornal de Notícias*, com 53.877, mas optou-se pela sua inclusão por ser o líder entre os jornais do segmento de referência. Nos semanários, a liderança coube ao *Expresso*, igualmente uma publicação de referência, com uma circulação paga de 77.812. Os três jornais escolhidos foram também os que registaram em 2015 maiores crescimentos na sua circulação digital paga.

Ainda que devamos olhar de modo crítico para as tradicionais designações “jornais de referência”, ou “qualities”,

por oposição a “tablóides”, ou “jornais populares” – porque não é invulgar encontrarmos nuns traços associados a outros – esta caracterização é geralmente aceite como operatória e mantém pertinência no caso em estudo, o que não impede que deva “ser posta em causa, não para negar a diversidade dos projectos de imprensa — evidência verificável todos os dias — mas para testar a solidez das denominações, desmontar os pressupostos culturais, deslocá-los da História para a modernidade e confrontá-los com as práticas jornalísticas” (Dumont, 2000: 17).

Os jornais populares, em que incluímos o *Correio da Manhã*, tendem a “dar mais espaço ao desporto do que à política, a salientar mais a categoria de interesse humano do que a vida económica, a concentrarem-se mais nos indivíduos do que nas instituições, [e mais] no local e no imediato do que no internacional e de longo prazo” (Sparks, 2000:38). Nessas publicações, “as questões imediatas da vida quotidiana têm prioridade sobre as preocupações tradicionalmente atribuídas à ‘esfera pública’” (idem: 39). As temáticas populares, a linguagem directa e acessível, os títulos e grafismo apelativos são algumas das marcas características deste tipo de jornalismo.

Já as publicações que se reclamam de referência, como o *Público* e o *Expresso*, “dão um lugar preponderante à actualidade internacional e à cultura com um ‘C’ grande, adoptam um tom sério e uma escrita sofisticada, exercem uma influência sobre os líderes de opinião e servem de exemplos aos jornalistas profissionais” (Merril, 2000:11). A sua cobertura “põe um claro acento sobre certos sectores: a política, os negócios

estrangeiros, a economia e as finanças, as ciências, as artes e a literatura. Por outro lado, a paginação desses jornais (tipografia, ilustrações, grafismo, etc.) visa valorizar a seriedade e o rigor dos conteúdos (idem). Os jornais de referência visariam preferencialmente, como observou Mário Mesquita, “a ‘opinião pública dirigente’ (aquela que está associada à tomada de decisões a nível político, económico e cultural)”, enquanto os jornais populares teriam por alvo “a ‘opinião pública generalizada’” (Mesquita, 1994:15).

A escolha dos jornais televisivos das 20h decorre do facto de serem eles os principais momentos noticiosos dos diferentes canais. O jornal televisivo da noite, que começou na televisão portuguesa em 1959 (Brandão, 2002:94), tem sido, num país com baixos índices de leitura de jornais, “uma das vias privilegiadas de seguimento da actualidade para um elevadíssimo número de cidadãos” (Manuel Pinto, Prefácio de Lopes, 1999:12). Tanto na RTP, que cunhou a marca “Telejornal”, como nos canais privados, onde os blocos noticiosos equivalentes receberam as designações de *Jornal da Noite*, na SIC, e *Jornal Nacional*, na TVI, estação líder de audiências – 22,5% de *share* contra 18,7% da SIC, 14,8% da RTP1, 2% da RTP2 e 31,1% do conjunto dos canais por cabo.⁴

O critério de escolha do “horário nobre” – picos de audiência dos meios audiovisuais, dependentes “dos hábitos de cada sociedade”, que no caso da televisão é situado normalmente entre as 19h e as 23h e no da rádio entre as 7h e as 10h – foi também seguido para a escolha do *corpus* radiofónico, constituído pelos serviços noticiosos das 9h.

3. “União Europeia assinala ‘cultura democrática consolidada’ em Cabo Verde”, Agência Lusa, 21 de Março de 2016.

4. “Audiências 2015: quem ganhou e quem perdeu”, 2 de Janeiro de 2016, acessível em <http://www.dn.pt/media/interior/audiencias-2015-quem-ganhou-e-quem-perdeu-4961462.html>

Resultados da pesquisa

O maior volume de peças jornalísticas registou-se nos dias 20 e 21 de março: dia do ato eleitoral, com os resultados (12 peças); e dia seguinte, já com as reações aos resultados (15 peças).

Excetuando os dois dias referidos, foi inexpressiva a produção jornalística ao longo do mês das eleições, como se pode ver no gráfico n.º 1.

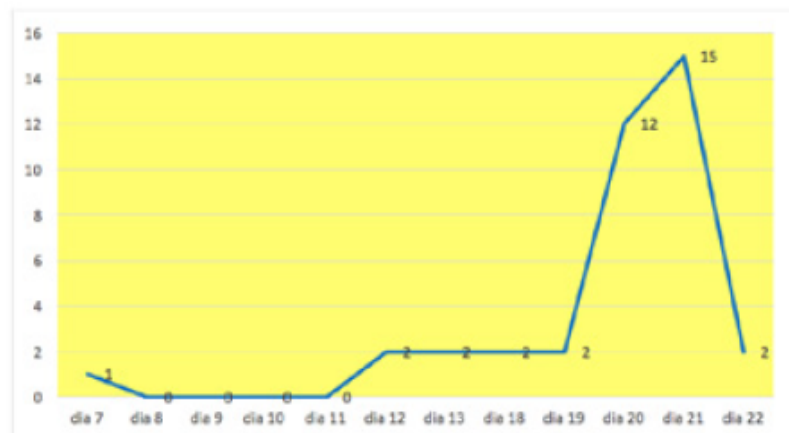


Gráfico n.º1 - Registo das peças jornalísticas

A distribuição das peças jornalísticas por meio de comunicação revela-nos que o *online* foi claramente o meio mais utilizado para a divulgação de informação sobre as eleições, com 31 peças. A

imprensa aparece em segundo lugar, mas apenas com 5; a rádio e a televisão surgem em último lugar, com 1 peça cada.

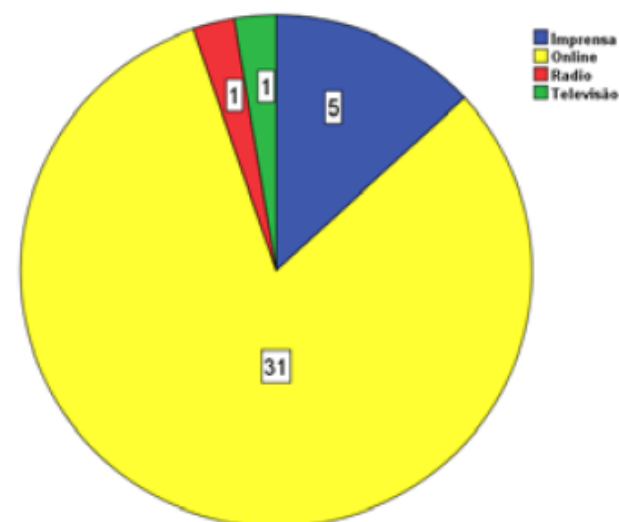


Gráfico n.º 2 - Distribuição das peças jornalísticas por meio de comunicação

A autoria das peças foi um dos critérios considerados relevantes para compreender a importância dada às eleições pelos órgãos considerados. Das 38 notícias analisadas, 21 foram exclusivamente da Agência Lusa. Só 8 notícias tiveram autoria de jornalista presente na redação e mais 2 foram assinadas por jornalista na redação com a Agência Lusa. Estes dados permitem-nos perceber que o investimento próprio de cada meio foi mínimo, uma vez que não foram, por exemplo, enviados jornalistas ao país para cobrir as eleições.

A visibilidade de um assunto/acontecimento deve ser aferida, também, pelo

lugar que a imagem tem na produção jornalística. Verificou-se uma escassez de imagens fixas e móveis. Foram publicadas 16 fotografias e 19 peças não tiveram imagens.

A notícia e a notícia breve dominaram o panorama dos géneros jornalísticos, mais uma vez provando a forte dependência da Agência Lusa. A diversidade de fontes de informação é outra das marcas de um jornalismo plural, que analisa, reflete, investiga. Ora, no caso em análise, as fontes oficiais dominaram a produção noticiosa.

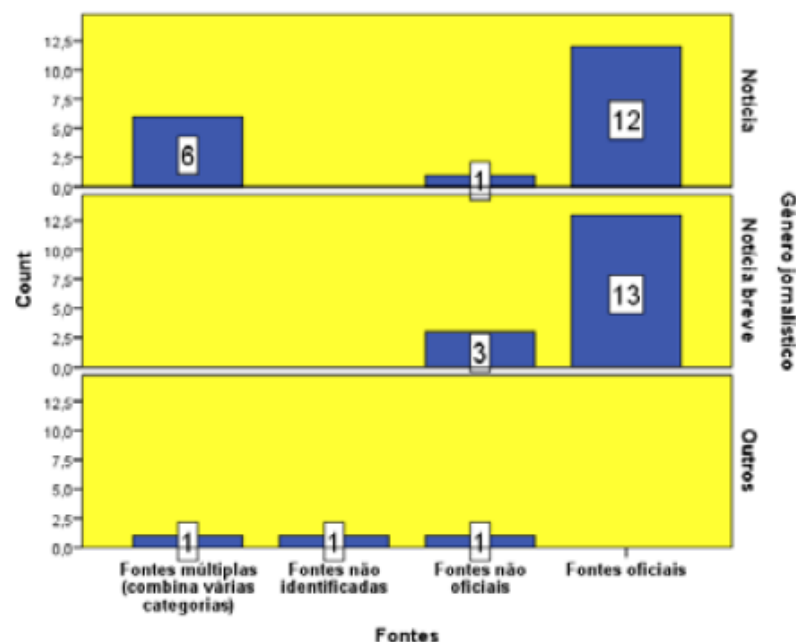


Gráfico nº3 - Fontes de informação e géneros jornalísticos

Os líderes partidários e os partidos são as personagens principais da cobertura noticiosa. Há uma ausência da sociedade civil, dos eleitores, da multiplicidade de vozes que compõem a sociedade cabo-verdiana. Na mesma linha, os resultados eleitorais e as reações aos resultados, por esta ordem, são os grandes temas das peças jornalísticas. Os *media* noticiosos portugueses procuraram dar a conhecer os resultados e as reações, nomeadamente, dos dirigentes partidários portugueses e essas reações foram meramente protocolares.

Cruzando as categorias tema principal/meio de comunicação, conclui-se que o *online* liderou na produção de notícias com os temas principais: resultados eleitorais e reações aos resultados eleitorais.

A análise da relação entre a imprensa e o *online*, ao nível da sua produção de notícias, revela que o *Público* e o *Expresso* têm o mesmo número de peças em papel e em linha; o *Correio da Manhã* apresenta uma enorme diferença entre as duas modalidades: 18 peças no *site* e 2 em papel.

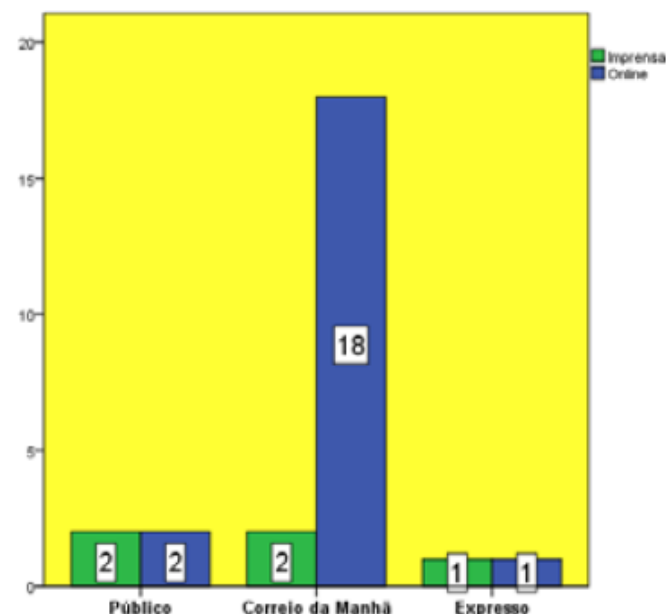


Gráfico nº4 - Imprensa/Online

No audiovisual, só a RTP e Antena 1 tiveram em emissão tradicional as eleições de Cabo Verde. No *online* das rádios e das televisões, a temática esteve

presente, mas com pouca expressão. A SIC destaca-se no *online*, com 3 peças.

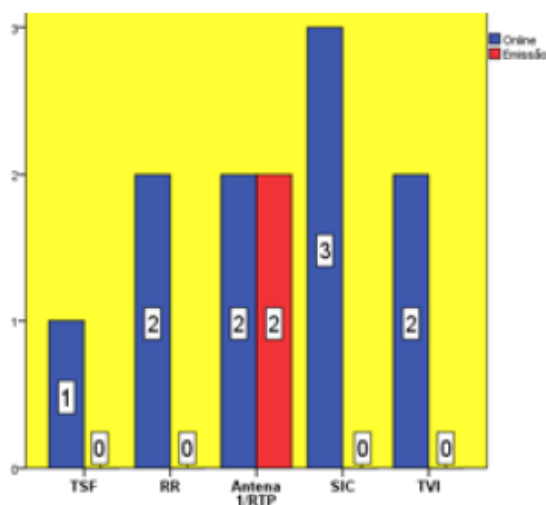


Gráfico nº5 - Rádio e TV/Online

Conclusões

Os dados apresentados apontam para uma cobertura jornalística extremamente discreta, que se traduziu numa quase “invisibilidade”, não só da campanha eleitoral como da própria eleição que levou a uma alternância de governo no país. Tais factos parecem indicar que a proximidade linguística, cultural e histórica entre Cabo Verde e Portugal, bem como a existência de uma significativa comunidade cabo-verdiana, não são critérios bastantes para que os *media* generalistas portugueses confirmem às legislativas de Cabo Verde um valor-notícia elevado. Sintomas desse limitado interesse são o escasso investimento feito pelos órgãos de comunicação social estudados na cobertura das eleições, evidenciado pela ausência de enviados especiais (ou de trabalho de correspondentes),

de textos analíticos ou de editoriais sobre o tema.

A Agência Lusa foi a principal – quase exclusiva – fonte de informação, para a produção de notícias e notícias breves, o que revela o pouco investimento por parte dos órgãos de comunicação social analisados. Esse dado confirma a “elevada dependência” que outros órgãos têm da Agência Lusa no que diz respeito a informação sobre países de língua oficial portuguesa, dependência essa atestada já em momentos e contextos anteriores, designadamente na cobertura feita por órgãos *online* das eleições realizadas em outubro de 2014 em São Tomé e Príncipe, Moçambique e Brasil (Mar, 2015).

No nosso estudo verifica-se também que a predominância do *online*

na cobertura jornalística das eleições não se traduziu em investimento em formatos noticiosos que explorassem as potencialidades do meio digital, limitando-se à reprodução de textos da Lusa. Aliás, o facto de apenas quatro dos nove órgãos de comunicação social considerados nesta investigação – RTP1, SIC, Antena 1 e TSF – serem subscritores do serviço Lusofonia da Agência Lusa⁵, que tem uma rede de correspondentes ou colaboradores nos países africanos de língua oficial portuguesa, designadamente Cabo Verde, parece confirmar uma aposta inexpressiva nesta área da informação.

No caso das legislativas de 2016 em Cabo Verde, para além da não mobilização de jornalistas especializados no tratamento de temáticas da África lusófona, o estudo identifica outras ausências, decorrentes do escasso investimento: a informação sobre problemas do país; as propostas dos partidos; notícias que traduzissem o debate e as polémicas; a comunidade de Cabo Verde em Portugal; os perfis dos eventuais primeiros-ministros, e mesmo do líder do partido vencedor; balanços de campanha; análises aos resultados; desenvolvimentos pós-eleitorais; editoriais (no caso da imprensa), género jornalístico que expressa o “ponto de vista” do órgão de informação sobre “um importante tema da actualidade” (Cascais, 2001: 76).

O fluxo de noticiário é pouco compatível com o que se poderia supor, atendendo à existência de um património linguístico e histórico comum e à “suposta sintonia cultural e afectiva” que sustenta os discursos que preconizam uma maior aproximação aos povos lusófonos (Castelo, 2008: 310).

A escassa atenção jornalística parece confirmar a conclusão de Sousa (2015: 484) de que a “interpenetração identitária” que poderia presumir-se ser resultado da lusofonia se resume, também no noticiário, “a meros fogachos, não passando de uma miragem, já que ela se apresenta pouco operacional, uma vez que as partes intervenientes do processo, na sua grande maioria, persistem em cultivar os equívocos da lusofonia, ao invés de os desmontar”.

A sub-representação das eleições cabo-verdianas está, porém, em linha com os resultados obtidos num trabalho de caracterização e análise sociodemográfica dos correspondentes internacionais na África subsaariana (Vicente, 2013: 171) que incluiu entrevistas a 124 repórteres em 24 países e no qual também se faz eco daquele que é o entendimento maioritário entre os inquiridos: há um défice de representação de África nos *media*.

Independentemente das singularidades “lusófonas”, deve também ter-se presente o quadro mais geral da pouca atenção dada ao continente africano pelos grandes *media* internacionais, bem como ao tom da informação produzida. E qual é esse quadro? “As notícias dos países pobres não fazem muitas vezes as manchetes e quando o fazem quase sempre são más notícias” (Franks, 2005: 132).

A “invisibilidade” das eleições cabo-verdianas é similar à que foi detectada num trabalho empírico que documenta a limitada atenção dada pelos jornais brasileiros *Folha de São Paulo* e *Globo* à actividade da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Numa abordagem em que, a partir de uma reflexão sobre memória, história e identidades combinada com os resultados

5. Informação fornecida por Nuno Simas, director adjunto da Agência Lusa.

empíricos, Goés-Antunes (2016: 335) sugerem a existência de uma “política de invisibilização do mundo lusófono

Investigações futuras

Como referimos anteriormente, as eleições autárquicas e presidenciais serão também objeto de análise. Contudo, tendo em conta as conclusões relativas às eleições legislativas, consideramos necessário alargar a pesquisa a outros órgãos de comunicação social, onde os assuntos africanos estejam, à partida, na agenda, tendo em conta a linha editorial não generalista.

Os poucos registos noticiosos identificados assinalam a “presença de uma ausência”. A ausência quase completa de textos assinados aponta para a escassez de jornalistas vocacionados ou incumbidos do acompanhamento de temáticas da África lusófona, o que indicaria que, pelo menos nos órgãos estudados, esse tipo de informação não é prioritária.

Estes primeiros resultados indiciam uma dificuldade de penetração de temáticas africanas lusófonas nos *media mainstream* portugueses e colocam a hipótese de esses assuntos terem apenas visibilidade relevante em órgãos de comunicação como a RTP África ou a RDP África. Contudo – e pretendemos testá-lo por ocasião das eleições gerais angolanas de 2017 – é de admitir que nos *media* noticiosos generalistas haja uma diferente receptividade à informação consoante a origem seja a Cidade da Praia ou Luanda. O que levanta novas questões.

O escasso número de notícias que integra o *corpus*, e o registo puramente factual da quase totalidade não permite, a partir das manifestações discursivas, ilações do tipo das extraídas por

no Brasil, que vai do silenciar temático até o apagar das relações identitárias”.

Goés e Antunes, que encontraram nas notícias brasileiras estudadas “pontes que parecem intransponíveis entre nós, uma nação que busca o moderno, apagando-se o passado, e os outros, as ‘ex-colônias portuguesas na África’, fixando-as ao longe” (*op cit*: 352). No seu entender, essas notícias “apenas revelam um Brasil que se entende em ‘compadrio’ com Portugal e que, no máximo, é um distante ‘primo rico’ das ex-colônias africanas” (*idem*: 353).

Mas é nosso entendimento que o contexto pós-colonial – designadamente uma leitura crítica do passado comum e as questões identitárias para que remete, ou a integração europeia de Portugal – tem presença obrigatória num quadro de análise dos fluxos de informação produzida pelos *media* noticiosos portugueses sobre países lusófonos.

O escasso investimento editorial dos órgãos estudados na informação lusófona e a influência do passado colonial nas opções jornalísticas são dimensões a questionar em entrevistas ou inquéritos a responsáveis editoriais e jornalistas das secções de informação internacional.

Os dados recolhidos aconselham porém, e desde já, a que seja relativizada a importância do valor-notícia proximidade. Em abstrato, a proximidade justificaria o interesse pelas eleições cabo-verdianas, mas os valores-notícia – factores que determinam a noticiabilidade de factos ou assuntos – não se concretizam em abstrato. Como observou Luhmann, só a inscrição de

um tema na opinião pública o leva às agendas mediática e política. Opinião pública por ele entendida, numa ruptura com a conceção de Habermas, como estrutura do processo de comunicação pública que permitiria a seleção e emergência de temas relevantes para a definição da agenda política (Luhmann, 1982).

Prolongando este raciocínio, seria importante compreender por que razão não foram as eleições tema, uma vez que as condições abstratas para isso existiriam. A limitada atenção poderá ser explicada pela visibilidade dada a outros temas? A menor noticiabilidade decorrerá do carácter exemplar

internacionalmente conferido ao país, numa lógica de maior visibilidade de situações negativas no noticiário internacional – guerras, catástrofes?

Se assim for, no pressuposto de que a ausência decorre da valorização da normalidade democrática de Cabo Verde, em contraste com a instabilidade de outros países africanos, a invisibilidade encerraria implicitamente uma imagem positiva do país; o que não impede que seja penalizado, no que à projeção mediática diz respeito, pela exemplaridade que é atribuída ao seu percurso como país independente – uma hipótese que só outras investigações permitirão confirmar ou infirmar.

Referências bibliográficas

- Brandão, N. G. (2002). O espectáculo das notícias – a televisão generalista e a abertura dos telejornais. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cascais, F. (2001). Dicionário de Jornalismo (col. Media Hoje). Lisboa: Editorial Verbo.
- Castelo, C. (2008) O outro no labirinto imperial: orientalismo e luso-tropicalismo. In Carmo, R. M.; Melo, D. & Blanes, R. L. (ed.) Globalização no Divã. Lisboa, Tinta da China, pp. 295-315.
- Dumont, J. F. (Printemps 2000). Pratiques populaires, journalisme de qualité: l'impossible clivage. In Dossier La Presse de qualité (pp. 16-19). Louvain-la-neuve: Médiatiques, n° 20.
- Franks, S. (2005) Reporting Africa: Problems and perspectives. Westminster papers in communication and culture, vol. 2, pp. 129-134. Disponível em <http://www.westminsterpapers.org/articles/abstract/10.16997/wpcc.46/> [Consult. 8 de Novembro de 2016].
- Góes, J.C. & Antunes, E. (2016). A invisibilização da lusofonia no Brasil: discutindo a política de apagamento identitário nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. In Prior H., Guazina L. e Araújo, B. (Org.), Diálogos Lusófonos em Comunicação Política (pp. 335-354). Covilhã: Universidade da Beira Interior/ Editora LabCom.IFP.
- http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201610281744-201611_dialogoslusofonos_hp.pdf [Consult. 9 de novembro de 2016].
- Luhmann, N. (1992). A improbabilidade da comunicação. Lisboa: Ed. Vega.

Mar, D. (2015) A agência Lusa e as eleições nos países lusófonos. Dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29663/1/TESE%20DEFINITIVA.pdf>

[Consult. 8 de novembro de 2016].

Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2007) Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo Andion, M. ed., *Comunicación local no espazo lusófono*. Santiago de Compostela, Asociación Galega de Investigadores/as en Comunicación, pp. 301-310. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24127/1/lusocom.pdf> [Consult. 8 de novembro de 2016].

Merril, J. C. (Juin 2000). Les quotidiens de référence dans le monde. In *Les Cahiers du Journalisme* n° 7 (pp.10-14). Lille: École Supérieure de Journalisme de Lille/Départemen d'information et de communication de l'Université Laval (Québec).

Mesquita, M. & Rebelo, J. (1994). O 25 de Abril nos media internacionais (Col. Textos/25). Porto: Edições Afrontamento.

Pinto, M. (1999) Prefácio. In Lopes F., *O Telejornal e o Serviço Público* (pp. 11-14). Coimbra: Minerva.

Sparks, C. (2000). The Panic over Tabloid News. In C. Sparks, J. Tulloch (Ed.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 1-40). Boston: Rowman et Littlefield Publishers.

Sousa, V. M. F. O. (2015) Da 'portugalidade' à lusofonia. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação apresentada à Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38461/1/V%C3%ADtor%20Manuel%20Fernandes%20Oliveira%20de%20Sousa.pdf> [Consult. 8 de novembro de 2016].

Vicente, P. N. G. (2013) *International news reporting in the multidimensional network: The socio-demographics, professional culture and newswork of foreign correspondents working across Sub-Saharan Africa*. Lisboa., 2013. Tese de doutoramento em Media Digitais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em

<https://run.unl.pt/handle/10362/10798> [Consult. 7 de novembro de 2016].